

**Museologia, Desenvolvimento e Direitos Humanos:
Campos emergentes da investigação ação na globalização**

Pedro Pereira Leite (PhD)

Universidade Lusófona/ Muss-amb-ike – casa de memória

Casa.muzambike@gmail.com

Resumo

A museologia e o mundo dos museus confrontam-se hoje com importantes desafios de problematizar a sua função social no âmbito dos processos de globalização. A globalização, como processo de fragmentação dos espaços e compactação do tempo introduz tensões nas relações entre os indivíduos e as sociedades com os territórios que colocam novos desafios às narrativas museológicas induzindo a emergência de outros processos museológicos e patrimoniais.

Neste artigo procuramos relacionar a museologia com a teoria do desenvolvimento com base no conceito dos Direitos Humanos. Esta é uma questão que a museologia nos espaços do Sul tem vindo a incluir nas suas agendas e que nos permite hoje assumir como um desafio de adequar as nossas práticas museológicas às heranças e às memórias das comunidades. Uma prática museológica inclusiva dos saberes e dos patrimónios que assume a diversidade como um valor processual na constituição de redes transcalares.

Palavras-chave: Museologia do Património, Globalização, Direitos Humanos, Desenvolvimento Integral, Museólogo mediador, redes transcalares

Linhas de investigação. Museologia e Globalização. Direitos Humanos e resolução de conflitos

Inspiração:

*Natureza morta.
Só quem nela vive
conhece
o que é ver o mundo intradisfarçado.
Quadro pendurado
numa parede.
Ruy Cinnati (1996) "museu" in Tempo da Cidade*

Museologia, Desenvolvimento, Direitos Humanos: uma relação possível

Nos nossos processos museológicos a pergunta onde está a vida vivida, sentida e desejada por todos nós; onde está o sentido que nos mantém como comunidade e que nos orienta na ação museológica constitui uma inquietação. Esta é a interrogação que orienta esta comunicação.

António Sérgio nas suas “Duas palavras de advertência” com que inicia a sua *Breve Interpretação da História de Portugal* escreveu: “o que faz de um qualquer número de pérolas um colar é o fio invisível e inteiro que as une – que as liga a todas numa certa ordem, seguindo uma determinada configuração” (SERGIO, 1970). Para nós museólogos contemporâneos esta é uma questão que não podemos deixar de ter presente.

O objetivo desta comunicação é problematizar a relação entre a ação museológica e a abordagem dos direitos humanos como prática social nos processos museológicos no âmbito da globalização. Ela integra-se numa linha de investigação em sociomuseologia que temos vindo a desenvolver a partir da nossa leitura e proposta de intervenção para um processo museológico em Moçambique, integrando as questões da inclusão dos saberes das comunidades em contexto de diversidade cultural. Moçambique, como espaço de hibridação, é em relação a esta questão uma comunidade significativa para o estudo da diversidade cultural no mundo Índico. (LEITE,2011).

A questão que agora procuramos responder confronta três noções na busca de uma significação comum como vetor estruturante da ação museológica. Vamos operar uma articulação entre o Desenvolvimento e os Direitos Humanos na ótica da teoria museológica como uma proposta de investigação-ação inovadora. Assumimos aqui a museologia como ciência social, o desenvolvimento como uma ideia que se concretiza num processo com o objetivo de criar bem-estar social e material, oriunda da ciência económica e os Direitos Humanos, uma noção oriunda da ciência política, que aqui são abordados como um paradigma de ação política: Um desígnio na ação.

a) Uma museologia nova

Estamos habituados no nosso quotidiano a considerar a museologia como uma investigação que reflete sobre a relação prática entre os objetos socialmente qualificados numa comunidade num dado território. Enfatizamos nesta matriz a questão da razão prática porque consideramos a investigação museológica como um processo de análise das relações empíricas através da qual os membros das comunidades partilham as suas experiências significativas no mundo e que se constituem como objetos de herança comum assumindo funções de representações que são observadas através dos seus processos de comunicação. Não excluimos que a investigação museológica implica também o olhar sobre esses objetos, mas assumimos nessa relação a necessidade da crítica fundada na intersubjetividade.

Também não já não são novas as posições da sociomuseologia que desde o Encontro de Santiago do Chile em 1973 tem vindo a defender a necessidade duma “função social dos museus”. (MOUTINHO, 2007). Desde esses anos que se vem debatendo e praticando uma consciência do alargamento do campo de ação desse triângulo matricial (objeto museológico - museu - visitante). Uma ampliação conceptual que tem problematizado de forma inovadora os objetos museológicos; os museus como espaços fechados alargando-o aos territórios; e o público, através da consciência das diversidades das comunidades e da pluralidade das suas narrativas. Esta nova museologia, de resto em simultâneo com outras ciências sociais também nos conduziu à consciência de que a prática museológica, como uma narrativa, implica também uma reflexão sobre as condições de produção dos discursos, nomeadamente ao reconhecimento de que nas representações se encontram os reflexos das relações de poder, herdadas e vividas.

Este reconhecimento da museologia como um processo de comunicação conduziu-nos à problematização dos processos de valorização dos objetos socialmente significativos. Mais uma vez este movimento não é exclusivo da museologia que encontra uma correspondência nas reflexões sobre os objetos e as práticas simbólicas abordadas por outros campos disciplinares, bem como as suas configurações organizacionais.

Para quem tem uma formação histórica e sociológica também sabe que as expressões de hegemonia dos poderes que produzem os objetos simbólicos duma comunidade, as suas heranças, estão em permanente reorganização nas instituições criadas para as operar. Não esquecendo igualmente que essas organizações se encontram igualmente em aceleradas mutações afetadas que são na busca do seu ajustamento aos processos externos que as afetam. Nesse sentido, podemos também concluir que quer esses objetos simbólicos, quer as respetivas instituições estão sujeitos a tensões irresolúveis entre as tradições e a modernidade, entre o singular e o geral, entre a estrutura e os atores, entre os processos e as ações.

Não são apenas as instituições de memória (museus, bibliotecas e arquivos) que estão em convulsão neste período da globalização. Outras instituições que prestam serviços à sociedade (escolas, universidade, centros de saúde, etc., para não falarmos do próprio Estado) estão também a enfrentar o desafio da dessincronização com variados ritmos em quê estão envolvidos, bem como a desmaterialização dos seus processos.

A gestão do social (ou a governação) e a reflexão que cada comunidade faz sobre o seu modo de pensar o mundo encontra-se inevitavelmente envolvida em tensões que apelam a variadas soluções e a outras práticas.

É neste domínio, da emergência de novas questões que temos vindo a defender a necessidade de novas praticas museológicas que incluem as variadas e emergentes dimensões das relações das comunidades com o mundo. Uma oportunidade que a

museologia transporta ao trabalhar com as heranças e com os saberes numa integração dos legados como prospetiva. Uma destas possibilidades é sem dúvida a oportunidade da museologia se desenvolver como um processo de mediação de conflitos, quem em outro local trabalhamos.

Em suma temos a noção de que a museologia é uma ciência que opera na interdisciplinaridade (MORIN, 1994) com questões complexas. Ainda que muitos ainda hoje questionem o estatuto disciplinar da museologia a virtude da sociomuseologia tem sido esta capacidade permanente de procurar interrogar o lugar da condição humana neste tempo de globalização. O de procurar, como propõem Mário Chagas e Cristina Bruno, *“um olhar poético que revele a cicatriz”*. Que me perdoem os autores pela mestiçagem dos seus discursos.

b) Museologia e Globalização

Globalização é um outro conceito complexo que se refere ao fenómeno da perceção da compactação do espaço e da aceleração do tempo pelos sujeitos. O mundo, ou melhor a nossa consciência do mundo é hoje mais amplo do que a dos nossos antepassados ao mesmo tempo que temos a perceção de que dentro da sua diversidade há uma unidade. Somos todos cidadãos do mundo, portadores de múltiplas identidades e circulamos por espaços múltiplos e reconhecemos tempos diferenciados. A nossa perspetiva identitária é hoje transcalar. Temos consciência da dimensão global da humanidade, que incorpora olhares e saberes diversificados, e em permanente processo de comunicação através de múltiplos canais. Paralelamente à perceção de que tudo acontece mais rápido e onde o tempo se transformou num recurso escasso, temos a consciência que na sucessão dos eventos, os tempos são diferenciados e os discursos e as suas narrativas são múltiplas.

Mas a globalização é também a emergência da consciência da escassez dos recursos. Todos ouvimos falar dos problemas do petróleo, ou melhor, da nossa dependência da energia com base na exploração do carbono. Não se trata apenas da consciência das quantidades e dos seus limites. Nela emerge também a consciência da qualidade. Dos limites dos usos dos recursos em função dos macro equilíbrios do planeta. Todos sabemos que a água é um bem precioso e escasso. Todos falamos das alterações climáticas, dos problemas demográficos, das migrações. Sabemos que nunca houve tanta tecnologia e tanta capacidade de criar riqueza. Mas em paralelo vemos que a pobreza alastra e a guerra flagela a humanidade de múltiplas formas.

Sobretudo temos hoje a perceção de que todas estas questões estão relacionadas com o modelo económico com o qual temos vindo a construir o nosso desenvolvimento. Ora se nesta consciência emerge o conhecimento dos limites do crescimento económico exponencial com base na exploração de recursos finitos; nessa formulação do problema já se enunciam as suas alternativas. Alternativas que hoje se

constituem como propostas múltiplas, nas quais temos todos que participar na sua construção.

Aqui apenas nos queremos interrogar sobre como é que a ideia de globalização influi sobre a museologia. Como é que a museologia, os seus processos e suas práticas, está ou não a servir para criar novas propostas de processos museológicos. Servirá a museologia para responder a estas questões. Não podemos deixar de dar uma resposta afirmativa. Se a museologia é uma operação de relacionamento dos objetos socialmente qualificados como expressão das relações de poder ou de saberes dominantes, numa determinada comunidade num determinado tempo, os processos museológicos não podem deixar de se assumir como uma expressão das tensões geradas nestes tempos e nesses espaços entre as heranças e os desejos de futuro. Os objetos museológicos são o reflexo dessas tensões. A matéria-prima da nossa cadeia operativa é um sempre um objeto vivo do mundo. Um objeto que transporta memórias e silêncios. A nós, museólogos, compete mostra-lo e partilha-lo.

Mas assim sendo importa interrogar a museologia (e a sua configuração organizacional dominante: o museu) sobre como é que está a ser é afetada por este processo de globalização. Os espaços narrativos, como cenário construídos onde se exprimem as tensões do mundo, são representações que medeiam as nossas relações com o sentido desse mundo: A nossa consciência do real. Uma das críticas que tem sido feita é a desconformidade das narrativas museológicas, das propostas e das dinâmicas de muitas instituições, com o pulsar pressentido do mundo.

O que a globalização nos tem vindo a revelar na nossa ação museológica é que, paralelamente à necessária harmonia estética e formal dos processos, os conteúdos das narrativas desses processos e o resultado da nossa ação são elas próprias o reflexo das tensões entre a nostalgia do tempo perdido em confronto com a melancolia do paraíso. Mas mais do que isso, é que essas narrativas, ainda que reflexivas duma determinada realidade, influem nessa mesma realidade contendo um potencial transformador.

A globalização interroga hoje a museologia sobre a forma como as suas narrativas e os seus espaços, como expressão de conflito entre o individuo e a sociedade, de tensões entre os poderes múltiplos, se podem constituir como lugares de negociação e de construção de compromissos entre os membros de uma ou várias comunidade, num ou em vários territórios. Assim a museologia exprime-se como compromisso num determinado tempo e espaço global como reflexo desse mundo no âmbito da construção duma cultura de paz e de desenvolvimento.

c) Museologia e Desenvolvimento

Como verificamos existe uma correlação entre o processo museológico e o processo de globalização. Essa correlação implica que os processos museológicos se impliquem igualmente nos processos sociais do mundo. Que mergulhem nas tensões contraditórias da vida. Mas também vimos que essa reflexividade ocorre fundamentalmente através das narrativas que se constituem, como qualquer processo de comunicação, em representações. A enunciação do discurso não é neutra. A teoria da comunicação tem vindo a revelar, se à narração corresponde uma dada gramática, é independente do objeto que representa; os processos de significação produzidos pelos emissores e recetores, o seu conteúdo semântico são produzidos e apropriados através de processos diferenciados.

A sociomuseologia tem a virtude de ter vindo nos últimos anos tem a chamar a atenção para a dessincronização entre as representações de muitas práticas museológicas e em confronto com os processos de produção dos campos de significação. A hermenêutica da função social na museologia, no âmbito da globalização, implica o reconhecimento dos processos sociais e práticas museológicas centradas nas comunidades. Essa proposta inovadora na museologia permite a emergência de “novas” narrativas e “novos” protagonistas e “novos” formando uma pluralidade de narrativa, enriquecendo o seu campo epistemológico. Estas “novas” narrativas, centradas na diversidade dos agentes e territórios, que incorpora objetos materiais e imateriais representam o seu ajustamento aos sempre presentes problemas da condição humana, sintetizados nos grandes desígnios da humanidade.

É neste âmbito deste ajustamento que a museologia se pode interrogar sobre o seu papel no âmbito do desenvolvimento. Já salientamos a proposta da sociomuseologia, que por isso de chamou “Nova Museologia”, de ajustar as narrativas museológicas aos problemas concretos das comunidades no âmbito da lógica da globalização. Nelas emergem também práticas museológicas, que assumindo a lógica da tensão entre a memória e o esquecimento como um discurso do poder, assume a busca da dimensão da participação das comunidades na construção e gestão das suas memórias e heranças.

Este é um fenómeno que se relaciona profundamente com a prática patrimonial e museológica. São campos do saber que se dedicam à seleção, coleta, classificação e conservação dos objetos socialmente qualificados. Esta cadeia operatória, de apropriação dum construção dum objeto, relaciona-se processualmente com a sua comunicação e devolução à comunidade. A crítica da intersubjetividade na museologia conduz-nos à interrogação, sobre quem coleta e o que coleta e para que se coleta; como se conserva e o que se conserva e para que se conserva, o que se comunica, como se comunica, para quem se comunica. É na proposta de integração da comunidade, dos seus saberes e patrimónios, para a partir deles reconstruir a ação de

futuro que a sociomuseologia inova na reflexão sobre a função social da museologia, das práticas dos museus e na gestão dos patrimónios.

Nos últimos quarenta anos tem vindo a ser proposta várias práticas museológicas centradas no desenvolvimento das comunidades, justificando a sua função social pela participação num projeto comum, numa comunidade e dum território. Poderíamos elencar aqui um conjunto de projetos museológicos em que muitos estivemos envolvidos. Os ecomuseus, as casas da cultura, os museus de comunidade, de consciência, os pontos de memória, etc.

O balanço dessa experiência, de uma museologia como ferramenta do desenvolvimento das comunidade e dos territórios, que tem vindo a ser feita no âmbito do Minom, para cujos trabalhos remetemos. Aqui apenas nos propomos refletir a relação entre a museologia e o desenvolvimento.

A ideia do desenvolvimento integral constitui-se como uma complexidade semântica no nosso discurso contemporâneo que traduz simultaneamente um objetivo e um processo. Na sua formulação está presente a ideia de que o homem pode e deve agir sobre o ambiente. Uma ação que implica a mobilização da vontade de mudança e uma vontade que prossegue um fim. Todos temos a convicção de que a sociedade muda, que podemos medir e influenciar essa mudança. Os indicadores do progresso são a medida dessa mudança. O fim do progresso são os grandes desígnios da humanidade. Alimentação, Habitação, Saúde, Educação, Emprego. Estes indicadores de bem-estar têm vindo a evoluir e a aperfeiçoar-se. Hoje o ambiente junta-se à paz e à cultura O resultado dessa mudança será um fim, qualquer que ele seja, desenhado como uma configuração utópica. Várias tem sido as utopias desenhadas.

Etimologicamente desenvolvimento significa o crescimento natural das forças contidas num ponto¹, mas como podemos verificar para além do seu significado etimológico a palavra foi apropriada pelas ciências sociais como um objeto de trabalho ganhando densidade semântica. Como objeto de estudo o desenvolvimento encontra associado às ciências económicas (BEIROCH, 1986). Hoje como fenómeno social, o desenvolvimento assume-se como um campo de trabalho interdisciplinar de significado processual, seja como fim seja como modelo de ação que resulta da interação de diversas disciplinas.

Hoje conceito de desenvolvimento está associado a uma noção integral e pode ser abordado a partir de três linhas conceptuais. Uma linha que se constitui em torno das questões ambientais, centrado nas condições do sistema vital de subsistência e sobrevivência; uma linha centrado nos problemas das pessoas e das comunidades,

¹ Desenvolvimento, ato de desenvolver. Crescer, fazer medrar.

centrada na dimensão social e cultural do ser humano; uma terceira linha a dos Direitos Humanos, centrada nas questões da filosofia e da ética. (AMARO, 2003, p 55).

Interessa-nos aqui refletir, como proposta para a ação da museologia, na sua integração processual a relação transcalar entre estas três linhas. Procuramos argumentar que elas se podem concretizar, no âmbito da investigação-ação em museologia na síntese das três linhas. A da condição humana (desenvolvida em torno do bem-estar: alimentação, saúde educação, habitação, trabalho e participação cidadã) o equilíbrio ambiental (sustentabilidade dos recursos naturais e os processos da sua mobilização para o desenvolvimento) e a dos direitos humanos, (enquanto espaço de exercícios dos direitos e deveres políticos, individuais ou de grupo) numa lógica de construção da cultura de paz.

Vejamos como a noção de desenvolvimento pode contribuir para isso. Não vamos percorrer a gênese do conceito, formulado por Adam Smith no seu famoso livro “Inquérito sobre a natureza e as causas da Riqueza das Nações” em 1776. Interessa salientar apenas a consciência que emerge por todo o mundo, após o fim da guerra mundial em 1945, sobre necessidade de aplicar às economias destruídas (na Europa e na Ásia) um modelo de crescimento. O modelo, que fica conhecido como “Plano Marshall”, consistiu na implementação de uma sucessão de técnicas de natureza financeira (injeção de capital em determinadas áreas de investimento prioritário) aplicadas por uma administração nacional, acompanhadas com um conjunto de medidas sociais (um estado social) que dirimissem ou atenuassem os efeitos e a conflitualidade social que se gerava pela dissolução dos processos tradicionais.

O modelo é exportado pela economia americana pós-fordiana, em acentuado crescimento. De fora deste modelo ficaram os estados alinhados com a economia central planificada, ditos socialistas. Este “conflito” de modelos entre o leste e o oeste através das vagas independentistas no então chamado 3º mundo vai criar um outro polo de conflitualidade entre o Norte e o Sul. O norte como exportador de capitais e tecnologias (do 1º mundo) ou exportador de ideologia (do 2º mundo) em substituição da anterior dominação política colonial das potências europeias derrotadas ou exauridas nessa guerra. O sul, na Ásia em África e nas Américas, reivindicam o seu “direito ao desenvolvimento”, como alternativa ao “desenvolvimento desigual” nas palavras dos teóricos do desenvolvimento.

O que interessa reter neste âmbito é o debate que então se efetuava sobre a necessidade de incluir no processo de crescimento económico uma dimensão do “desenvolvimento”. Ou seja a convicção de que não bastava, para atingir os objetivos desejados nestes espaços, a aplicação de um conjunto de técnicas financeiras alavancadas por capitais externos. Para atingir os objetivos de criar um mundo justo e solidário com base na cultura de paz era necessário trabalhar em várias dimensões

sociais e culturais e mobilizar as comunidades para objetivos comuns. Essa convicção estava alicerçada na observação da economia-mundo como um sistema e da busca dum equilíbrio justo na relação entre as partes

A partir dos anos sessenta as independências africanas criam um terreno fértil para a aplicação dos das “teorias e planos de desenvolvimento”. Planos que foram propostos e aplicados pelas organizações internacionais, nomeadamente a ONU e a UNESCO. É com estes planos, que ainda hoje se justifica a alocação de ajudas ao desenvolvimento. Os estados nacionais adotaram igualmente na política internacional os princípios da cooperação, cujos objetivos eram igualmente formulados nessa base.

As primeiras avaliações feitas a estes planos rapidamente revelam alguns resultados que nos permitiam consolidar a ideia de que estávamos a caminhar para um mundo melhor, mais justo e solidário. As campanhas de saúde pública e vacinação tinham aumentado a esperança média de vida e diminuído a mortalidade, especialmente a mortalidade infantil. A aplicação dos planos de educação aumentou a taxa de escolaridade. Na cultura as políticas culturais protegiam as heranças e estimulavam os conhecimentos. Mas se estes fenómenos se generalizaram por todo o mundo, os esperados progressos da produtividade económica e do aumento generalizado do bem-estar social não se tinha verificado. A fome e a guerra continuavam a flagelar o mundo. Os macro desequilíbrios e a pobreza acentuavam-se em paralelo. Em muitos casos os conflitos e o agravamento dos desequilíbrios acabavam por produzir acentuados retrocessos aos níveis dos indicadores de desenvolvimento e ampliação do sofrimento. Um fenómeno que com a globalização da comunicação se tornou muito mais próximo. Não se verificou uma relação linear entre a aplicação dos planos de desenvolvimento e o “arranque” das economias do “terceiro mundo”.

Também é verdade que muitos outros problemas foram começando a ganhar visibilidade, nomeadamente. O desregulado consumo de matérias-primas, e os impactos do crescimento económico ao nível do ambiente; o surgimento de novas epidemias e as resistências biológicas a outras, como o HIV que ceifavam inúmeras vidas. Os impactos no ambiente das revolução verde na agricultura, as chuvas ácidas, os problemas das energias. Ao mesmo tempo as guerras persistiam e assumiam formas diferentes.

A consciência destas questões começa a emergir nos finais da década de noventa, quando, quebrada a cortina de ferro na Europa central e de leste, a utopia coletivista do socialismo se revelou incapaz de construir uma sociedade de indivíduos sem a presença do mercado, ao mesmo tempo as sociedades do progresso e do bem-estar veem a economia de mercado transformar o indivíduo no centro do consumo, numa “sociedade de indivíduos”, exportando esse modelo para todo o mundo. (ELIAS, 1993).

Não é este o lugar para detalhar esta problemática do valor do indivíduo em detrimento dos valores das solidariedades entre os indivíduos. Interessa todavia interrogar-nos de que modo é que esta “ideologia do desenvolvimento” contamina a ação e os processos museológicos e patrimoniais. Uma questão que já foi respondida pelo nosso colega Pedro Cardoso no âmbito da sua tese de Doutoramento em Museologia, para a qual remetemos para uma análise mais cuidada (CARDOSO, 2010). O que nos interessa é apenas salientar, que atualmente a questão do desenvolvimento nas organizações internacionais são agregadas em termos de objetivos. Os objetivos de desenvolvimento são definidos, desde o ano 2000, pelas Nações Unidas como ODM (Objetivos de desenvolvimento do Milénio).

Estes ODM resultam de um esforço de síntese dos vários compromissos alcançados nos fóruns internacionais ao longo da última década do século XX, estabelecendo os objetivos a alcançar segundo indicadores quantitativos e a fixação dos prazos das ações para melhorar as condições de vida da humanidade no século XXI.

São no total oito objetivos. Importa ter em atenção que esta declaração correlaciona as questões do meio-ambiente, do desenvolvimento económico, do desenvolvimento social, e dos direitos humanos, e particular das questões de género. Os oito compromissos traduzem em medidas para acabar com a fome e a miséria, dar a todos um educação Básica e de qualidade; atingir a igualdade entre os géneros através da valorização da mulher; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde das gestantes; combater a SIDA, a malária entre outras doenças; atingir padrões de qualidade de Vida com base no respeito ao meio ambiente; e finalmente uma aspiração comum de trabalharmos todos para o desenvolvimento do mundo. Para além da sua vertente política de compromisso das nações do mundo por objetivos comuns, não deixa numa leitura crítica, de se apresentar como um corolário desta “ideologia do desenvolvimento”.

O que podemos extrair como conclusão desta visão do desenvolvimento integral adotada pelas organizações internacionais é que, na visão e nas estratégias de cada agente ou organização existem compromissos comuns que tem por base o ser humano, o mundo onde vive e os processos pelos quais ele socialmente se relaciona com os outros e com o mundo. Ora nesse sentido, não podemos deixar de nos interrogar como e onde e de que forma os processos museológicos, no âmbito dos seus processos, respondem aos desafios do desenvolvimento. A museologia, seja a norte seja a sul não deve ignorar que a sua participação e o seu contributo para o desenvolvimento é um imperativo. Ao assumir esse imperativo, importa refletir sobre os contributos que se propõe oferecer.

d) Museologia de Direitos Humanos

Temos vindo a defender que o contributo da museologia e da prática museológica no tempo da globalização orientada para o desenvolvimento das comunidades e dos territórios se deve basear no trabalho com os objetos mnemónicos.

Os objetivos do Milénio acima nos referimos constituem-se no quadro da reformulação das ações das organizações internacionais de cooperação e desenvolvimento. Se o mundo é hoje visto de forma global, se os problemas são globais, as ações e os processos têm hoje que ser pensados de forma global numa relação estreita entre os atores locais e os seus problemas. Nessa relação, a incorporação dos saberes e valores das comunidades emerge como um espaço de ação dialógica. Os processos que afetam as comunidades envolvidas em processos de transformação global caracterizam-se por uma relação interativa permanente

Esta perspetiva de abordagem de forma integrada dos modelos de desenvolvimento relacionado o global com o local, partindo dos problemas locais e implicando a mobilização das capacidades e saberes das comunidades como principal recurso a mobilizar, constitui hoje o programa de ação indispensável. São os problemas locais, a comunidade e os seus territórios que constituem o objetivo do modelo de desenvolvimento. Mas esse exercício de incorporação do local não pode deixar de ser feito com uma consciência das dinâmicas globais que o afetam. É essa integração do todo no particular que é hoje defendido como modelo de intervenção pelas organizações internacionais e que se tem vindo a constituir como modelo de abordagem das organizações locais.

Importa portanto problematizar o lugar da museologia como um processo de desenvolvimento integral. Quais são os espaços de se constituem como campos de ação museológica. Como se incorpora a ação museológica tradicional, os objetos museológicos tradicionais com práticas inovadoras. Como é que a museologia reconstrói a relação entre a tradição e a modernidade no âmbito das relações entre o local e o global. Esta questão, que afinal tem constituído uma preocupação constante pelas mais recentes gerações de museólogos, tem vindo a ser respondidas através de diversas propostas nos museus de consciência, nos museus de comunidade ou nos mais diversos pontos de memória.

No nosso tempo a questão da cultura de paz e dos Direitos Humanos, inscrita nos textos fundadores das organizações internacionais e adotadas como princípio de ação na maioria dos países democráticos, tem vindo a constituir, para além da sua dimensão política, uma proposta de intervenção no âmbito da UNESCO e do ICOM. Nos fóruns internacionais esta cultura de Paz e dos Direitos Humanos é defendida como um elemento estruturante das relações humanas num mundo feito de pluralidades diversas. Essa consciência da diversidade é um elemento de ação comum, seja na sua preservação, seja na sua partilha como projeto.

Existe já ao nível da reflexão teórica um campo consolidado em torno desta relação entre as Heranças (os patrimónios) e os Direitos Humanos. Por exemplo nas publicações mais recentes, da novíssima coleção “*Novos Temas do Património Cultural*” da editora anglo-saxónica Routledge, esta questão emerge como uma das variadas interceções entre a teoria e a prática neste campo de complexidade semântica constituída pela museologia, pelo património e pelos estudos da memória social.² Num conjunto muito variado de textos de reflexão vemos emergir as questões dos direitos dos povos indígenas, dos direitos à memória dos excluídos pelos processos de globalização como propostas de reflexão na relação entre a teoria e a prática museológica. Muitos destas propostas constituem-se hoje como narrativas museológicas em espaço tão distintos como no Brasil, na África do Sul, na Austrália

Não vamos naturalmente aqui detalhar tantas e tão variadas experiencias em outros tantos espaços³. Interessa-nos aqui fixar, fundamentalmente que como resultado duma consciência crítica sobre o desenvolvimento emergem novas formulações sobre a implicação dos direitos humanos como ferramenta de trabalho. E essa constitui uma proposta de trabalho para a museologia. Assumir o desafio de praticar uma museologia ao serviço do ser humano. A nossa proposta de ação: a sociomnese, de construir uma museologia a partir das memórias individuais, como processo de reconstrução dos laços e sentidos do social integra-se nesta dimensão.

Como verificamos os programas do PNUD integram hoje abordagens que privilegiam a conceção do Desenvolvimento Social, com base na criação dum conjunto de indicadores que dão um retrato sobre o “processo de criação de condições sociais mínimas, de produção de bem-estar humano nos vários países do mundo”. Estes princípios devem balizar a intervenção dos estados membros e organizações internacionais num processo onde se cruzam vários paradigmas e valores da ação pratica como o são os da multidimensionalidade dos processos, da interdisciplinaridade, da complexidade e da participação.

Constituindo este paradigma a essência do desenvolvimento Integral, “que *pode ser concebido como um processo que conjuga as diferentes dimensões da vida, dos seus percursos de mudança de melhoria, implicando por exemplo a articulação entre o económico, o social, o cultural, o político, o ambiental; a quantidade e a qualidade, as várias gerações, a tradição e a modernidade, o endógeno e o exógeno, o local e o global, os vários parceiros e instituições envolvidas, a investigação e a ação, o estar, o*

² Veja-se por exemplo “*Cultural Diversity, Heritage and Human Rights*” ,(Langfield ,2011), ou “*Heritage and Globalisation*”Labali , 2010)

³ Cabe aqui uma especial referência ao Programa Memória do Mundo da UNESCO, criado em 2003. Trata-se dum programa, vocacionado para a preservação de documentos e arquivos de grande valor histórico. Não entrando na questão de quem, como e o que é que é valorizado, este programa tem vindo a suscitar um acesso debate que relaciona a questão das heranças com os Direitos Humanos.

fazer, o criar, o saber e o ter (as dimensões existenciais do desenvolvimento); o feminino e o masculino, as emoções e a razão etc. (AMARO, 2003, p 59).

Interrogar-nos sobre os processos de ação sobre o social com potencialidade para gerar ação é um processo de transformação da museologia num processo disjuntiva⁴ suscetível integrar uma leitura crítica transcalar⁵ com base na intersubjetividade.

CONCLUSÕES

Aqui chegados importa então responder à questão inicial. Como é que a museologia se conjuga com a noção de desenvolvimento e dos Direitos Humanos. Verificamos que no âmbito da epistemologia de três ciências, da museologia, das ciências do desenvolvimento e das ciências políticas há um campo problemático comum.

A relação do ser humano com os seus objetos socialmente qualificados (com atributos de valor). Sejam eles objetos museológicos (produtos do processo social), objetos materiais construídos como ativos económicos e sociais ou objetos do direito político, implica a criação de relações intersubjetivas que permitem, ao mesmo tempo que tornam as relações processuais inteligíveis, se constituam como princípios de ação socialmente partilhados.

É portanto legítimo a aplicação do paradigma emergente da transdisciplinaridade na museologia defendido por Edgar Morin. Mais, esse paradigma de transdisciplinaridade implica a aplicação, na museologia dos princípios da investigação-ação no âmbito duma metodologia de crítica intersubjetiva.

A museologia integra a documentação e a salvaguarda e comunicação dos objetos patrimoniais como expressão da vontade de construção dum futuro das comunidades a partir da nossa consciência dos seus presentes. Estamos perante a consciência da necessidade de transformação processual que assegura a partilha dos espaços e dos territórios, que assegure a diversidade cultural e a incorporação dos outros saberes.

Este novo paradigma conjuga-se na ação museológica e no mundo dos museus através da construção dos objetos mnemónicos socialmente significativos para os colocar ao serviço do desenvolvimento da comunidade. A museologia dispõe dos instrumentos privilegiados refletir e analisar os problemas da globalização e das transformações sociais, ao mesmo tempo que essa reflexão constitui a sua proposta de ação. O mundo

⁴ Concebe a ação como um ato consciente sobre o real que ao ocorrer vai implicar uma transformação do todo. Sendo que ao influenciar uma das dimensões afeta o todo, ao mesmo tempo que o todo, ou é afetado pela ação, ou absorve os efeitos das ação. Etimologicamente a ação disjuntiva é a que produz a disjunção, que separa do jugo. As ações disjuntivas tornam-se elementos catalisadores de mudança social.

⁵ Transcalar é um anglicismo que se refere à dimensão processual de localização entre lugares ou pertença simultâneas a diferentes escalas.

dos museus, considerando aqui o museu como a figura organizacional que institucionaliza os processos museológicos dispõe, através da abordagem das problemáticas da condição humana, do desenvolvimento, da paz e dos direitos humanos um campo de intervenção que lhe acrescenta função social.

Num mundo globalizado, transcalar a ação dos museólogos é cada vez mais a figura do construtor de questões que facilitem os compromissos. O museólogo como mediador, ao assumir as heranças da comunidade como objeto do seu trabalho não pode deixar de ser um construtor de futuros. Um projeto museológico na globalização com base na herança dos Direitos Humanos pode constituir-se como um diálogo entre cidadãos em função do desenvolvimento da comunidade. Os museus configuram-se como as organizações onde estes processos ocorrem, independentemente dos nomes com que sejam nomeados, constituindo redes transcalares criadoras de solidariedades e potenciadoras de um cultura de paz onde a museologia se assume como uma ferramenta na mediação dos conflitos que emergem das relações dos homens com o mundo onde vivem.

Uma nota final para agradecer aos nossos colegas Mário Moutinho, Judite Primo, e Pedro Cardoso na Universidade Lusófona, Mário Chagas do IBPRAN, Cristina Bruno da Universidade de São Paulo e Elsa Lechner do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra os estimulantes diálogos que levaram a estas reflexões. Aos nossos colegas de Moçambique e em particular a Alda Costa da Universidade Eduardo Mondlane um agradecimento especial pelas experiencias partilhadas e a dívida impagável da partilha da sua experiência única.

Saída

*“O universo é feito essencialmente de coisa nenhuma.
Intervalos, distâncias, buracos, porosidade etérea.
Espaço Vazio, em suma.
O resto é a matéria.
Daí, que este arrepio
Este chama-lo e tê-lo, erguê-lo e defronta-lo,
esta fresta de nada aberta no vazio,
deve ser um intervalo”*

António Gedeão, (1961) “Máquina do mundo” in Máquina de fogo

Referências bibliográficas

- AMARO, Rogério Roque, (2003). “Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em prática de renovação”, in Cadernos de Estudos Africanos, Lisboa, CEA /ISCTE, pp. 35-70.
- ANDERSON, Ruth Benedict (1991): Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism. London: Verso.
- BEIROCH, Paulo, (1986) “Desenvolvimento”, in Enciclopédia, Volume 7 – Modo de Produção/Desenvolvimento/Subdesenvolvimento, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp 364-429
- BRUNO, Cristina (1996). Museologia e Comunicação, Lisboa Cadernos de Sociomuseologia, nº 9

BRUNO, Cristina (1997). *Museologia e Museus: Princípios, problemas e métodos*, Lisboa, *Cadernos de Sociomuseologia* nº 10.

CHAGAS, Mário de Souza (2009). *A Imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*, Rio de Janeiro, Ibram

GALTUNG, Johan (1998), *Direitos Humanos, Uma nova perspectiva*, Lisboa, Instituto Piaget

HONNET, Axel (2011). *Luta pelo Reconhecimento: para uma gramática moral dos conflitos sociais*, Lisboa, Edições 70.

Labalai, Sophia & LONG, Colin, (2010). *Heritage and Globalization*, London/New York, Routledge

LANGFIELD, Michele , LOGAN, William & CRAITH, Nic (2011). *Cultural Diversity, Heritage and Human Rights*, London/New York, Routledge

LEITE, Pedro Pereira (2011). *Cassa Muss-amb-ike: o compromisso no processo museológico*, Lisboa, Tese de Doutoramento em museologia.

MANUEL-CARDOSO, Pedro (2011) *A cultura perante o Património, Pós-doutoramento em Cultura e Comunicação*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

MOUTINHO, Mário (2007). *Uma definição evolutiva da Sociomuseologia*, Setúbal, Lisboa, Setembro 2007, XIII Atelier Internacional do MINOM,

MORIN, Edgar, FREITAS, Lima de e NICOLESCU, Besarab (1994). *Carta da Transdisciplinaridade*, Arrábida, *Encontros da Arrábida*

PRIMO, Judite Santos et alia (1999). “*Museologia e Património: documentos fundamentais*” in *Cadernos de Sociomuseologia*, nº 15, Lisboa, ULHT

SANTOS, Boaventura de Sousa. (1987). *Um Discurso sobre as Ciências*, Porto, Edições Afrontamento, 59 páginas

SANTOS, Boaventura Sousa (2002). *Introdução a uma Ciência Pós Moderna*, Porto, Edições Afrontamento.

SERGIO, António (1970), *Ensaio III*, Lisboa, Livraria Sá da Costa

SIMPSON, Moira (1996). *Making Representations – Museums in the Post-Colonial Era*. London, Routledge.

SIMPSON, Moira (2006). “*O Mundo dos Museus: Novos Conceitos, novos modelos*” in *O Estado do Mundo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 123-160